



Quais os limites para a militância religiosa nas eleições e nas instâncias decisórias estatais? É possível traçar uma fronteira entre o constitucional e o inconstitucional na atuação das chamadas “bancadas religiosas”? Essas são algumas respostas que o livro tenta responder a partir de uma ampla pesquisa teórica em torno do discurso e das razões expostas na arena pública. Partindo de uma análise do regime democrático estabelecido na Constituição de 1988 e sua faceta deliberativa, passando pelas características da laicidade do Estado brasileiro, o trabalho busca expor as formas de atuação dos diferentes “grupos de interesses” religiosos no Parlamento para, ao final, enfatizar a incompatibilidade do discurso religioso com o processo democrático deliberativo e a impossibilidade da fundamentação de atos estatais com base em razões eminentemente sacrais.

Autor
Luiz Eduardo Peccinin

Prefácio
Eneida Desiree Salgado

**O DISCURSO RELIGIOSO
NA POLÍTICA BRASILEIRA**
Democracia e Liberdade
Religiosa no Estado Laico

Área específica
Direito Constitucional.

Áreas afins
Ciência Política, Filosofia Política,
Direito Parlamentar.

Público-alvo/consumidores
Acadêmicos e estudantes de
Direito e Ciência Política.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO: 10001359

P365d Peccinin, Luiz Eduardo

O discurso religioso na política brasileira: democracia e liberdade religiosa no estado laico/ Luiz Eduardo Peccinin.– Belo Horizonte : Fórum, 2018.

184 p.

ISBN: 978-85-450-0477-6

1. Direito Constitucional. 2. Direito Eleitoral. 3. Direito Público.

I. Título.

CDD 341.2

CDU 342.7

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PECCININ, Luiz Eduardo. *O discurso religioso na política brasileira: democracia e liberdade religiosa no estado laico*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 184 p. ISBN 978-85-450-0477-6.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| PREFÁCIO | |
| RAZÕES SEM RAZÃO: O RACIONAL E O RAZOÁVEL NO DEBATE POLÍTICO | 11 |
| NOTA DO AUTOR | 15 |
| INTRODUÇÃO | 17 |
| CAPÍTULO I | |
| O PROJETO E O DISCURSO DEMOCRÁTICO CONSTITUCIONAL DE 1988..... | 21 |
| 1.1 O princípio e o projeto democráticos da Constituição de 1988..... | 21 |
| 1.2 Democracia e Representação na Constituição de 1988..... | 35 |
| 1.3 Democracia, participação e deliberação na Constituição de 1988 | 48 |
| CAPÍTULO II | |
| DISCURSO E RAZÃO PÚBLICA EM UMA DEMOCRACIA DELIBERATIVA | 61 |
| 2.1 A “virada linguística” em Apel e Habermas: o papel do discurso e da deliberação na busca da validade das normas | 61 |
| 2.2 A teoria da Justiça de Rawls: equidade e razões públicas para deliberações públicas..... | 73 |
| 2.3 Razões, discursos e deliberação na legitimação democrática das decisões estatais..... | 85 |
| CAPÍTULO III | |
| LAICIDADE E DISCURSO RELIGIOSO NA ARENA POLÍTICA | 103 |
| 3.1 Secularização, liberdade religiosa e a noção de laicidade na história constitucional brasileira..... | 103 |
| 3.2 Os “grupos de interesses” religiosos: a representação confessional e o debatido abuso de poder religioso no processo eleitoral | 121 |
| 3.3 O discurso religioso na arena político-decisória: neutralidade axiológica e justificação pública religiosa de atos estatais | 146 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 167 |
| REFERÊNCIAS..... | 177 |